



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

ISSN: 1982-4343

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

VASCONCELOS, Fernando Donato

“Gente grada”: A formação da elite política em uma povoação do Alto Sertão da Bahia, 1880-1919

Varia Historia, vol. 39, núm. 80, e23212, 2023, Maio-Agosto

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000200012>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384475989012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

“Gente grada”

A formação da elite política em uma povoação
do Alto Sertão da Bahia, 1880-1919

“Distinguished People”

The Formation of the Political Elite of a Village
in Bahia Backlands, 1880-1919

FERNANDO DONATO VASCONCELOS*

RESUMO Este artigo estuda o processo de formação da elite política do Distrito de Beija-Flor ou Bela Flor, atual Guanambi, no Alto Sertão da Bahia, entre 1880 e 1919, verificando as patentes da Guarda Nacional como marcadores da importância social e política de sessenta indivíduos integrantes do grupo social que ocupava os espaços de poder existentes, no contexto do “coronelismo” regional. Foram verificados os registros civis e as atas eleitorais do distrito, cuja história foi dividida em três fases: estruturação, consolidação e emancipação. São apresentadas características gerais da povoação em relação ao analfabetismo, ao gênero, às estratégias matrimoniais e à ocupação. Observou-se que, enquanto o objetivo político principal era estruturar o distrito e obter sua emancipação, havia certa cooperação entre as lideranças políticas. À medida que se aproximava a emancipação, contudo, o quadro político

* <https://orcid.org/0000-0003-2193-7428>
Universidade do Porto (UP), Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura,
Espaço e Memória (CITCEM)
Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal
fdvasconcelos@gmail.com



se tornava mais definido; e a disputa pelo poder local, mais acirrada, com dois grupos se formando sob influência da cidade-polo da região e do governo estadual.

PALAVRAS-CHAVE História regional, elite política, coronelismo

ABSTRACT This article examines the process of political-elite formation in the District of Beija-Flor or Bela Flor, currently known as Guanambi, located in the Bahia hinterland in Brazil. The study focuses on the years between 1880 and 1919, using National Guard patents as markers of the social and political importance of sixty members of the social group that occupied the existing spaces of power, in the context of regional “coronelism” (rural oligarchies). By analyzing civil and electoral records, the research identifies three distinct phases in the district’s history: structuring, consolidation, and emancipation. The article presents general characteristics of the village in relation to illiteracy, gender, matrimonial strategies, and occupations. The findings reveal that, while the main political objective was to structure the district and obtain its emancipation, there was some cooperation between political leaders. However, as emancipation approached, the political framework became more defined, resulting in intensified struggles for local power. Two opposing groups emerged, influenced by both the main city in the region and the state government.

KEYWORDS Regional history, political elites, coronelism

INTRODUÇÃO

É desafiador estudar o processo de formação de povoações periféricas a grandes centros populacionais do Brasil, ainda mais em épocas de grandes mudanças como o período entre o final da escravidão legal, nas últimas décadas do século XIX, e as primeiras décadas da República. Compreender como se deu o processo de formação da elite política e, assim, identificar elementos que nos ajudem a explicar a realidade

social e a organização da sociedade local é particularmente intrigante (STONE, 2011).

No sertão baiano, a mais de 700 quilômetros da capital da Bahia, vê-se o caso do arraial chamado de Beija-Flor (1880-1895) e Bela Flor (1895-1919), sobre o qual pouco se sabe.¹ O primeiro registro escrito conhecido sobre o Arraial do Beija-Flor é de 19 de setembro de 1870, uma segunda-feira, quando o Padre José Alexandre da Silva Leão, vigário de Monte Alto, realizou o casamento de Aprígio de Aguiar Monte Alvão e Francelina Rodrigues dos Santos. Entre os dias 16 e 21 daquele mês, o vigário celebrou seis casamentos no arraial e nas fazendas Caiçara e Tanque, no entorno da localidade, três dos quais foram de filhos de Clemência e Joaquim Dias Guimarães,² este tido como um dos pioneiros do lugar e a quem se atribui a doação do terreno onde foi construída a primeira igreja católica³ (FERREIRA et al., 1958, p. 244-247).

Joaquim Dias Guimarães faleceu em 1890, aos 82 anos. Embora tenha deixado uma herança de mais de 7 contos de réis, seu inventário mostra que ele pode ser considerado um médio proprietário rural. Legou partes de terras das fazendas Santa Rosa, Jatobá, Carnaúbas de Dentro e Caiçara, um sítio nos Brindes, manga no Tanque do Quati, alambique e engenho pequenos e velhos, seis casinhas na rua da igreja, três outras casas, uma delas com curral, oitenta cabeças de gado e pouca coisa mais.⁴

Embora haja relatos de que fosse filho de um português chamado José com uma indígena da tribo dos Bororós (COTRIM, 2012, p. 59),

1 Emancipado de Monte Alto em 1919, tornou-se Guanambi, cidade que tem atualmente 85 mil habitantes e é o 21º município mais populoso do estado nordestino.

2 PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE GUANAMBI (PSAG), Guanambi. *Livros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto*, 1862-1875. Livro de casamentos n. 2, 16-21 set. 1870.

3 Ao rever o inventário de Joaquim e de seu pai, admite-se a possibilidade de Joaquim ter doado em vida um terreno para a construção da igreja matriz, próximo às seis casinhas referidas no seu inventário, mas não se encontrou comprovação documental dessa doação.

4 ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ (APMC), Caetité. *Joaquim Dias Guimarães*, 1890. Seção Judiciária, Série Inventários.

essa informação não procede, pois Joaquim era filho de Lourenço Dias Guimarães, falecido em 8 de dezembro de 1852, que deixou viúva sua inventariante Joaquina Maria de Jesus, da qual o filho Joaquim Dias Guimarães foi procurador no inventário iniciado em 1855.⁵ Atuou como juiz do processo o Dr. Joaquim Pereira de Castro, cuja filha Emília casou-se em 1871 com Gasparino Pereira Costa, que adiante será referido.

No inventário de Lourenço, fica claro que era um homem com menos posses do que fora no passado e menos do que terá seu filho Joaquim, que diz no inventário do pai que só havia “um bem melhor, e de valor, que é a escravinha Joana”,⁶ de apenas 10 anos de idade, avaliada em 550 mil réis. Todavia, havia outros dois escravizados (Benedicto, 2 anos, e Cassimira, 50 anos), parte da fazenda Santa Rosa, outros bens menores e o cálculo dos dotes concedidos aos filhos anos antes. Abatidas as dívidas, resultou uma herança de pouco mais de 1,5 contos de réis, o que confirma que Lourenço era um pequeno proprietário, como destaca Miranda (2018).

No relato da sua viagem entre o rio São Francisco e a Chapada Diamantina, de 1879 a 1880, o engenheiro e historiador Theodoro Sampaio (1905, p. 101-105), ao percorrer o trecho entre Monte Alto e Caetité, com pernoite em fazendas da família Pereira de Castro, destaca os rios Carnaíba de Dentro e Carnaíba de Fora, que circundam a região. Ao traçar a cartografia local, situou o povoado do Beija-flor em um caminho alternativo que dava acesso a Caetité, passando pelo Distrito de Gentio (atual Ceraíma) e Umburanas (atual Pindaí).

Outro registro relevante da época foi feito no jornal *O Monitor*, em 1878, quando o capitão João Pereira Costa, tendo como primeiro suplente Joaquim Dias Guimarães, foi designado subdelegado do “districto

5 APMC, Caetité. *Lourenço Dias Guimarães*, 1855-1870. Seção Judiciária, Comarca de Monte Alto, Série Inventários.

6 APMC, Caetité. *Lourenço Dias Guimarães*, 1855-1870. Seção Judiciária, Comarca de Monte Alto, Série Inventários.

de Carnahibas”, em Monte Alto.⁷ Anos depois, na *Gazeta da Bahia*,⁸ informa-se nova designação do citado capitão para subdelegado, dessa vez indicando ser do 3º Distrito de Monte Alto, anotando-se entre parênteses “Beija-Flor ou Carnaíbas”. Àquela altura, já havia sido criado o 3º “Distrito de Paz no distrito da subdelegacia de Beija-Flor do termo de Monte Alto”,⁹ mas é possível que, na cartografia policial, a região fosse também chamada de Carnaíbas, em referência aos rios.

Esses dois personagens – João Pereira da Costa e Joaquim Dias Guimarães – e suas famílias, juntamente com a família Pereira Castro, são relevantes na história local e podem ser considerados nucleares na população do distrito. A relação íntima e antiga entre os Pereira Costa e os Pereira Castro pode ser constatada, por exemplo, pelos casamentos de dois filhos do capitão João e de sua mulher Matildes Rosa da Assunção: Gasparino Pereira Costa, casado com Emília Mila de Castro,¹⁰ e Porfírio Pereira Costa, casado com Maria Pereira de Castro Lima,¹¹ ambas, por sua vez, netas do casal Maria Joaquina Pereira de Castro e major Antônio Pereira da Costa, proprietário em 1847 da Fazenda do Poço Comprido, próximo à atual Guanambi, cujo casarão histórico sobrevive ao tempo. João Pereira Costa nasceu em 1822 e teria falecido no distrito com mais de 80 anos.¹²

Há na região várias famílias Pereira de Castro, uma delas descendente do português Joaquim Pereira de Castro, que chegou a Rio de

7 O segundo suplente era Joaquim Moreira Prates e o então tenente Timóteo Alves de Oliveira era o terceiro suplente (CARGOS Policiais. Termo de Monte-Alto. *O Monitor*, Bahia, ano II, n. 240, 20 mar. 1878, p. 1).

8 CARGOS Policiais. *Gazeta da Bahia*, Salvador, ano VII, ed. 220, 2 out. 1885 p. 1.

9 BAHIA. Lei Provincial nº 1.979, de 23 de junho de 1880. Cria um distrito de paz no distrito da subdelegacia do Beija-Flor, do termo de Monte Alto. In: *Gazeta da Bahia*, Salvador, ano II, n. 152, 11 jul. 1880, p. 1.

10 PSAG, Guanambi. *Livros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto*, 1862-1875. Livro de casamentos n. 2, Registro de 16 jan. 1871.

11 PSAG, Guanambi. *Livros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto*, 1875-1886. Livro de casamentos n. 3, Registro de 9 maio 1878.

12 FAMILY HISTORY LIBRARY (FHL), Salt Lake City. *Registros civis de Guanambi*, 1891-1933. International Collection, B1 Floor Film, microfilme 1615186, itens 1-21.

Contas¹³ no final do século XVIII, foi procurador do morgado da Casa da Ponte nas regiões de Urubu, Minas Novas e Rio de Contas (CASTRO, 2002, p. 66-69), e faleceu em 1825.¹⁴ Outros Pereira de Castro são descendentes dos portugueses Bento José de Castro e Antônio Pereira de Castro, que chegaram a Monte Alto no início do século XIX (CASTRO, 2002, p. 426-430).

Os Pereira de Castro, especialmente os vindos de Rio de Contas, vincularam-se na região de Caetité e Monte Alto aos Silva Castro e aos Moreira Castro, constituindo famílias poderosas na região (AGUIAR, 2019). Todavia, por vezes não há parentesco direto entre a família Pereira de Castro de Rio de Contas e os Pereira de Castro presentes no distrito em estudo.¹⁵

Nas pesquisas realizadas nos jornais da época da criação do Distrito de Paz, verificou-se que uma das principais iniciativas políticas era implantar a primeira “cadeira de ensino” primário no povoado, onde era grande o analfabetismo, em especial entre as mulheres e a população escravizada (VASCONCELOS, 2021). Em 1886, uma “representação de proprietários, criadores, agricultores e negociantes residentes na povoação do Beija-Flor” compareceu à Assembleia Provincial para pedir o restabelecimento da cadeira que, criada em 1880, não fora preenchida.¹⁶

Além da falta de acesso à educação formal, o sertão baiano sofria com outro grave problema – o agravamento da seca. O final do

13 Rio de Contas, na Chapada Diamantina, está a cerca de 115 km de Caetité e 200 km de Monte Alto.

14 ARQUIVO MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS (AMRC), Rio de Contas. *Joaquim Pereira de Castro*, 1825-1830. Seção Judiciário, Série Inventários, estante 02, cx. 56, maço 108, doc. 542, f. 23v.

15 Além de haver possível parentesco dos vários ramos dos Pereira Castro em Portugal, há casos notórios que unem os diversos ramos ou famílias Castro da região, como o do Coronel Gasparino Pereira de Castro, nascido em Monte Alto e falecido aos 41 anos em Caetité, que era descendente patrilíneo do referido português Joaquim Pereira de Castro e descendia, pelo lado materno, dos Silva Castro e dos Moreira Castro, tendo-se casado com Josefina Idalina, filha do Coronel José Antônio de Castro Tanajura (CASTRO, 2002). Gasparino foi também proprietário de imóveis em Bela Flor.

16 EXPEDIENTE. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia*, 1886, p. 137.

século XIX foi marcado pela estiagem de 1888-1890, a chamada “seca de noventinha”, que destruiu a frágil economia e ampliou a desigualdade social. Em 1890, sob a liderança do empresário alemão Franz Wagner, foi criada uma comissão estadual para arrecadar fundos para enfrentar os danos causados pelas secas, que se tornou conhecida como Comitê Wagner. Em 1891, Beija-Flor recebeu 2 contos de réis para combater os efeitos da seca, enquanto se enviaram aos dois principais municípios da microrregião à época, Caetité e Monte Alto, respectivamente, 8 e 9 contos de réis,¹⁷ o que mostra que o arraial já possuía relativa importância. Caetité era, desde o início do século XIX, o principal protagonista político e econômico regional.

Este artigo busca conhecer características da formação política do arraial no período entre 1880 e 1919, além de identificar quem foram os personagens políticos que se destacaram no povoado, de onde vieram e qual papel desempenharam como elite política, definida como grupo social que ocupa os espaços de poder existentes, seja por meio da sua condição econômica, seja pelo acesso a privilégios e prestígio social (BORGES, 2010). Como destaca Aguiar (2011, p. 19), não se trata de explicar as elites como elementos isolados, mas revelar “os processos históricos em curso, uma vez que [as elites] não se desvinculam do contexto em que seus membros atuaram”.

Foram analisados os registros civis disponíveis relativos ao período entre 1891 e 1919, em especial os de casamento, e 24 atas eleitorais. A pesquisa foi complementada com a consulta a jornais e almanaques disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional,¹⁸ a registros da paróquia de Monte Alto e ao *Diário Oficial da União*. Foram estudadas ainda as genealogias das famílias locais para melhor entender a influência dos seus vínculos de parentesco. Os dados dos registros

17 RELATÓRIO do Comitê Wagner de socorros às vítimas da secca. *Pequeno Jornal*, Bahia, ano II, 1 set. 1891, p. 2.

18 HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. In: *Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <http://bdn.digital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 10 fev. 2023.

civis do distrito foram transcritos no programa NACAOB,¹⁹ do qual se extraíram planilhas para análise.

A seguir, apresentamos algumas características gerais do Distrito de Beija-Flor e, para melhor compreensão do período histórico, destacamos três fases, assim definidas: estruturação, consolidação e emancipação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

É sabido que houve um grande número de escravizados pelas famílias proprietárias de terras da região, que foi reduzido, em meados do século XIX, após a intensificação do tráfico interprovincial de escravos para o Sul do país (NEVES, 2000). Desde 1888, contudo, poucas anotações confirmam a presença de antigos escravizados ou de seus descendentes nos registros de casamento, nascimento e óbito, salvo seis registros de óbito em que o defunto foi identificado como “africano” ou “preto”. A omissão frequente do registro de cor ocorreu durante todo o período de escravidão e assim se manteve após a abolição da escravidão legal, o que não significa que inexistissem pessoas pretas e pardas (MATTOS, 2013).²⁰

19 O software NACAOB foi desenvolvido por Dario Scott e Ana Sílvia Scott.

20 O Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, que criou o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, previa a informação sobre os escravizados, mas não fazia referência à cor. Por sua vez, o Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, que tornou o registro civil obrigatório no país, somente previa a identificação da cor em caso de óbito, quando se tratasse de pessoa desconhecida, sendo um dos elementos para auxiliar seu futuro reconhecimento. BRASIL. Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874. Manda observar o Regulamento desta data para execução do art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-abril-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>; BRASIL. Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de Junho do 1887. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Por sua vez, as mulheres eram pouco destacadas nos registros de casamento e nascimento, havendo casos em que o nome da mãe era omitido na declaração de nascimento do próprio filho. Quando eram filhas ou esposas de alguém considerado importante, contudo, faziam-se nos registros de casamento referências cerimoniais às “donas”, às “senhoras donas” ou até mesmo à “excelentíssima senhora dona”. Embora ocultadas, talvez ali estivessem mulheres que muito contribuíram para a constituição do distrito, o que mereceria um estudo mais específico na linha do que fez Ribeiro (2019) em relação a mulheres sertanistas na constituição das primeiras fazendas de gado do sertão baiano. É preciso, igualmente, saber mais sobre a lenda que afirma que as primeiras moradores teriam sido uma senhora de nome Belarmina e sua filha Florinda (TEIXEIRA, 1991). Até o momento, porém, não foram encontrados documentos que confirmem suas existências.

Retomando os registros, nos casos em que as ocupações dos noivos foram anotadas nos casamentos, os homens geralmente eram referidos como lavradores; e as mulheres, como de “serviços domésticos”. A ocupação usual das testemunhas em casamentos e batizados era a de negociante, o que evidencia o perfil comercial do arraial. Quando o casamento ocorria entre pessoas consideradas de menor relevo social, era frequente que as testemunhas fossem “artistas”, designação genérica para artífices e outras profissões de trabalhos manuais (FERREIRA-ALVES, 2005).

O analfabetismo atingia notadamente as mulheres. Dos 343 casamentos analisados, na maioria era referido que a noiva não sabia assinar. Em apenas 47 (13,7% do total) as noivas assinaram o seu nome, destacando-se algumas filhas de famílias “gradas”, como as atas eleitorais se referiam a cidadãos de maior relevo político: quatro filhas e netas do coronel Felismino Luquinha; quatro filhas do capitão Joaquim Severino da Luz, netas do português João Severino da Luz Lisboa, radicado em Caetité e falecido em 1878; duas filhas do capitão José Carlos da Silva, oriundo de Livramento, na Chapada Diamantina; e ainda noivas oriundas das famílias Ferreira Costa, Dias Guimarães, Rodrigues, Castro e

Pereira Costa.²¹ Apenas em um caso a noiva que assinou era filha natural, ou seja, não nascera de uma relação conjugal reconhecida como legítima. Aos 27 anos, oriunda de Caetité, mas residente no arraial e com três filhos, Felipa sabia assinar, o que a incluía no seletto grupo dos que tiveram acesso à alfabetização.²²

Os casamentos entre famílias que detinham poder político e/ou econômico foram estratégias presentes em todo o período de formação da elite do distrito. Os casamentos ocorriam quase sempre em um círculo restrito de famílias, quando não eram endogâmicos.

Exemplifica-se na Figura 1 o caso das famílias Pereira Donato e Pereira de Castro, descendentes de Joaquim Dias Guimarães e João Pereira Costa: José Pereira Donato e Abílio Pereira Donato, filhos de Donato Pereira do Nascimento e Francisca Maria da Conceição (filha de Joaquim Dias Guimarães), casaram-se, respectivamente, com Ana Angélica Pereira de Castro e Olímpia Benvinda de Castro, filhas de Gasparino Pereira Costa e Emília Mila de Castro. Quatro filhos do casal José e Ana Angélica – Gasparino, Osório, Otacílio e Ana Francisca – casaram-se com quatro filhos de Maria Rita Pereira de Castro (filha de Gasparino e Emília) e Joaquim José Rodrigues – Ana Flora, Matilde, Maria Joaquina e José Antônio, respectivamente. Não bastando tal consórcio familiar, outro filho de Donato – Henrique – casou-se com Emília,²³ filha do casal Maria Rita e Joaquim José Rodrigues.²⁴

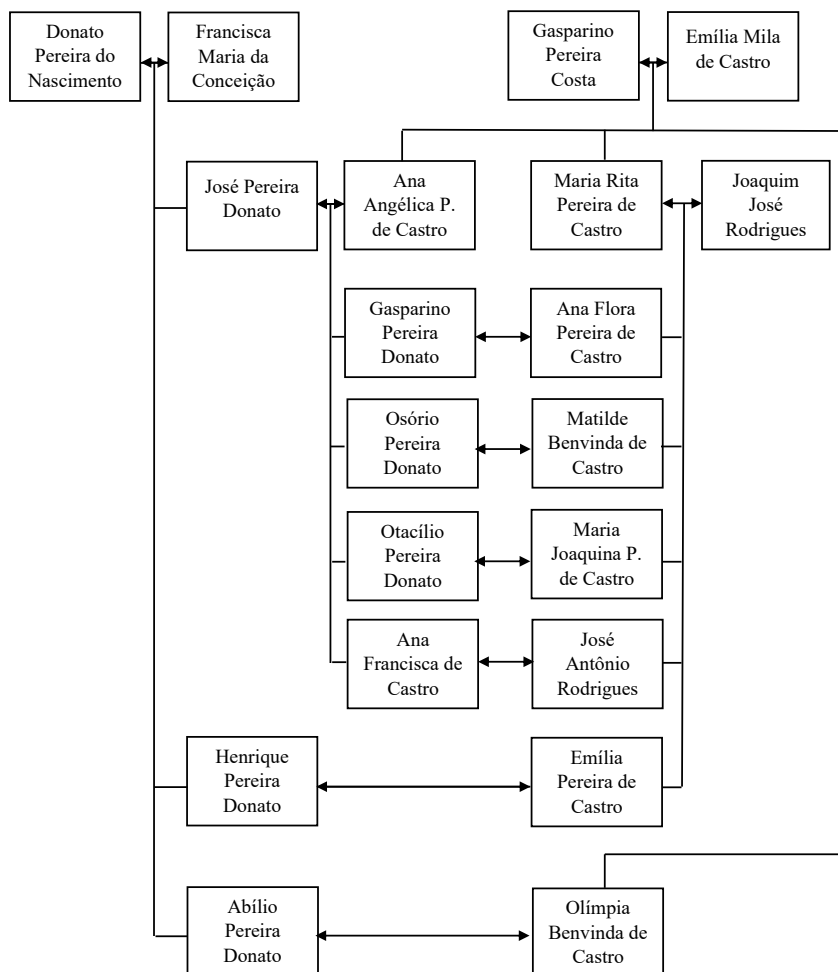
21 PSAG, Guanambi. *Livros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto*; FHL, Salt Lake City. *Registros civis de Caetité*, 1877-1923. International Collection, B1 Floor Film, microfilme 1444269, itens 4-11; *Registros civis de Guanambi*, 1891-1933. International Collection, B1 Floor Film, microfilme 1615186, itens 1-21.

22 Casamento realizado em Bela Flor, em 19 jun. 1915. In: FHL, Salt Lake City. *Registros civis de Guanambi*, 1891-1933. International Collection, B1 Floor Film, microfilme 1615186, itens 1-21.

23 Nominada tanto como Emília Pereira de Castro quanto Emília Mila de Castro, tal como sua avó materna.

24 José Pereira Donato e Joaquim José Rodrigues receberam a patente de capitão em 1906 e 1916, respectivamente.

Figura 1: Casamentos endogâmicos das famílias Pereira Donato e Pereira de Castro



Fonte: Elaboração própria a partir dos registros civis do Distrito de Beija-Flor/Bela Flor, inventários e registros paroquiais de Monte Alto.

Além da “invenção” do sobrenome Donato a partir de Donato Pereira do Nascimento, nota-se uma prática frequente em relação aos sobrenomes – os homens recebem integralmente o sobrenome do pai;

e as mulheres, o da mãe, quando não recebiam um sobrenome devocional, como no caso de Francisca Maria da Conceição.

Donato Pereira do Nascimento é um dos muitos pequenos ou médios proprietários que possuíam escravos. Em 1872, vendeu duas escravas, Ângela, 25 anos, e sua filha Jesuína, 5 anos, para um grande fazendeiro cafeicultor de Piracicaba, São Paulo (MOTTA, 2015). É possível que Ângela tenha sido a mesma escrava que consta do inventário de Joaquim Dias Guimarães, que havia sido entregue como dote nupcial a Francisca e Donato, em 1864.

Pode-se notar até aqui que um dos mais relevantes marcadores da importância social e política no povoado consistia em ostentar uma patente da Guarda Nacional. Como se sabe, no final do século XIX e nas primeiras décadas da República, a Guarda Nacional, que, no início do Império, tivera o papel de milícia local de apoio ao governo central, passou a ser “meramente honorífica e decorativa” (LEAL, 2012, p. 241), e suas patentes eram obtidas mediante pagamento de emolumentos (taxas cobradas por serviços de registro) e “impostos de selo”²⁵ por correligionários dos chefes políticos locais, sendo exclusivo destes o acesso às patentes mais importantes – tenente-coronel e coronel. Segundo Leal (2012, p. 108), “o prestígio do título passou a constituir sedução muitas vezes infalível na técnica de captação dos chefes locais”.

A Lei nº 489, de 15 de dezembro de 1897,²⁶ estabelecia que também seriam pagos pelos detentores de patentes da Guarda Nacional impostos adicionais, que variavam de 10 mil réis para o posto de alferes até 60 mil réis aos que alcançavam o título de coronel. Para ter acesso às patentes, era preciso ter a aprovação do chefe político. Depois, o processo seguia para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Uma

25 BRASIL. Lei nº 2.395, de 10 de setembro de 1873. Altera a Lei nº 602 de 19 de setembro de 1850 sobre a Guarda Nacional do Império. In: *Coleção de Leis do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 329-331.

26 BRASIL. Lei nº 489, de 15 de dezembro de 1897. Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1898, e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-489-15-dezembro-1897-539582-publicacao-original-38814-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

vez aprovado o pedido, a patente era remetida à coletoria local para que o interessado pagasse os tributos devidos – é o que aconteceu, por exemplo, com Balbino Cajahyba, que, em 29 de maio de 1897, teve a publicação no *Diário Oficial do Brasil* da informação de que sua patente (de tenente-coronel) havia sido remetida à coletoria da Comarca de Monte Alto.²⁷

À época, um coronel não era, necessariamente, um homem rico, mas era poderoso ante a pobreza que o rodeava e tinha “carta branca” dos governos estadual e federal em troca de apoio incondicional (LEAL, 2012). O título de doutor ou a patente da Guarda Nacional funcionava como “barômetro social” do *status* de uma pessoa na comunidade. No sertão, com frequência, “o fazendeiro de gado mais poderoso era um coronel, o principal comerciante da cidade era tenente-coronel, o funcionário público era major, um dono de loja era capitão e o dono da hospedaria era tenente” (PANG, 1979, p. 30). Em geral, o título não implicava qualquer atividade militar e, até a primeira década do século XX, não havia no Distrito de Bela Flor ninguém com o título de doutor.

O “coronelismo”, como “forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL, 2012, p. 23), é, obviamente, um fenômeno mais antigo do que a existência da Guarda Nacional. Mantém relação estreita com a estrutura agrária do país, estando intimamente ligados a ele o apadrinhamento político, o falseamento dos votos e a inexistência ou desorganização de serviços públicos para que todos dependessem dos favores do coronel. Cabe ressaltar que, muitas vezes, chefes políticos eram tratados como coronéis sem que precisassem ter a patente da Guarda Nacional.

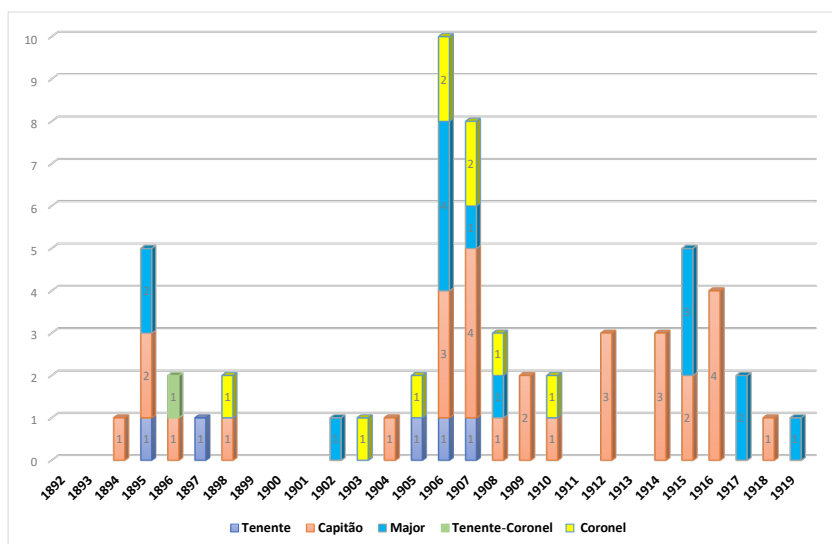
Para verificar a distribuição das patentes no distrito, os casos identificados foram listados e, considerando a maior patente obtida ou declarada nos registros civis do período de 1892 a 1919, foram reconhecidos 60 indivíduos com patentes da Guarda Nacional residentes no

27 BRASIL. Diário Oficial do Brasil nº 143. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1897. Pg. 1, Expediente de 27 de maio de 1897. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1635326/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-05-1897/pdfView>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Distrito de Beija-Flor/Bela Flor, dos quais 6 permaneceram no posto de tenente; 30 chegaram ao posto de capitão; 14, ao de major; um, ao de tenente-coronel; e 9, ao de coronel, constituindo parte importante do que aqui é chamado de elite política da povoação.

Considerando o ano de sua obtenção ou declaração, as maiores patentes de cada indivíduo foram distribuídas no Gráfico 1, concluindo-se que quase um terço das maiores patentes do período foram obtidas nos anos de 1906 e 1907. Admite-se neste estudo que todos esses indivíduos tinham efetivamente a patente da Guarda Nacional com que eram denominados.

Gráfico 1: Maior patente por ano de obtenção, 1892-1919



Fonte: Elaboração própria a partir dos registros civis do Distrito de Beija-Flor/Bela Flor.

Dos 60 detentores de patentes, 23 (38,3%) alcançaram as três maiores – major, tenente-coronel e coronel. São estes listados no Quadro 1, em ordem crescente do ano de nascimento, de modo a melhor situá-los na história do distrito.

Quadro 1: Indivíduos com patentes da Guarda Nacional iguais ou superiores a major, residentes no Distrito de Beija-Flor / Bela Flor

Nome	Nascimento*	Ano da maior patente
João Pereira da Costa	1822, Monte Alto	1895, major
Timóteo Alves de Oliveira	1822, Monte Alto	1895, major
Teódulo de Moura e Albuquerque	1836, Rio de Contas	1896, tenente-coronel
Pedro Alexandrino de Souza	1847	1907, major
Francisco de Vasconcelos Castro	1848	1906, coronel
Manuel Pereira da Costa	1849	1917, major
José Pereira Zequinha	1850	1910, coronel
Teotônio Pereira da Costa	1850, Monte Alto	1906, major
Ernesto Pereira de Souza Costa	1851, Monte Alto	1898, coronel
Gasparino Pereira da Costa	1851, Monte Alto	1906, coronel
Polícarpo Ribeiro e Silva	1855, Monte Alto	1907, coronel
Felismino Pereira Luquinha	1859, Monte Alto	1903, coronel
Inocência Antonio de Oliveira	1859, Monte Alto.	1908, coronel
Balbino G. de Araújo Cahayba	1865, Queimadas	1915, coronel
Álvaro Cesar Barros	1865	1906, major
Gustavo Bezerra	1867	1905, coronel
Manoel Pereira Costa	1873, Monte Alto	1917, major
Severiano Vieira da Silva Neves	1873	1919, major
Alípio Carlos	1875, Rio de Contas	1915, major
Benedito Ferreira Costa	1876, Monte Alto	1906, major
Joaquim Antônio de Oliveira	1885, Monte Alto	1902, major
João Exalto de Araújo	1887, Queimadas	1915, major
Helvécio Rufino Oliveira Martins	1888, Rio de Contas	1915, major

(*) Algumas datas foram estimadas com base nas informações disponíveis.

Fonte: Elaboração própria a partir dos registros civis do Distrito de Beija-Flor/Bela Flor.

ESTRUTURAÇÃO DO DISTRITO DE BEIJA-FLOR

Entre os anos de 1880 e 1890, o distrito começou a se estruturar. Da sua primeira década de existência, há poucas informações, uma vez que o registro civil somente foi criado no Brasil em 1888, e o cartório foi instalado no arraial em 1891. No início de 1895, o nome do distrito mudou de Beija-Flor para Bela Flor, tanto nos registros paroquiais quanto nos civis.

Abrantes (2015) identificou nos registros paroquiais relacionados ao arraial e a cinco localidades no seu entorno 208 casamentos, dos quais 164 (80%) foram realizados no mês de junho, mês do padroeiro local, Santo Antônio, e anotou também que 116 casamentos ocorreram entre os anos de 1879 e 1885. Além disso, a autora verificou que 34 (71%) dos 48 casamentos religiosos ali realizados ocorreram no ano de 1887. Essa concentração de casamentos e batizados evidencia que ainda não havia uma atividade regular da Igreja Católica, e os eventos religiosos eram agendados de acordo com a vinda da “missão Beija-Flor”, que se deslocava até o povoado. Os registros paroquiais, em regra, não continham referências a patentes.

Nos registros civis, os 343 casamentos quase sempre ocorreram aos sábados, o que pode ter relação com o fato de os juizes de paz terem outras atividades durante a semana, como também com o fato de boa parte da população residir na zona rural. Em relação às patentes, foi verificado que 11 indivíduos obtiveram seus maiores postos entre 1891 e 1900, número relativamente baixo, o que se deve à atividade política pouco intensa do arraial, além de que muitos que possuíam patentes obtiveram níveis maiores nos anos seguintes.

Dois personagens destacados entre os de patentes mais elevadas nesse período foram Teódulo de Moura e Albuquerque, fazendeiro, nascido em família tradicional de Rio de Contas, em 1836, que se deslocou para Monte Alto antes de 1864, quando sua esposa Maria Amanda Moura Bittencourt faleceu, tendo ele obtido a patente de tenente-coronel quando tinha 60 anos; e Ernesto Pereira de Souza Costa, de família da região, que teria nascido em 1851 e falecido poucos anos após ter obtido, em 1898, a patente de coronel. Entre os maiores, João Pereira Costa e

Timóteo Alves de Oliveira alcançaram essa patente aos 73 anos, em 1895. Quanto aos capitães, notou-se a presença de Teófilo Walter Gomes de Azevedo, originário do Gentio, que foi o escrivão do distrito entre 1904 e 1906, tendo falecido em 1909, aos 75 anos.

Entre os fatos marcantes do período, anota-se, em 1891, o assassinato brutal da jovem Leocádia a mando de Raquel Gomes, esposa do capitão José Pedro Guimarães, sobrinho do falecido Joaquim Dias Guimarães; a criação da agência dos Correios e do cartório, com realização dos primeiros registros em julho de 1891 e a primeira eleição em 20 de março de 1892.

À época, havia uma forte tensão política em relação ao comando do município de Monte Alto, como se vê em uma nota publicada no *Jornal do Recife* que informa que o chefe de polícia seguira para o arraial porque “o povo, armado, em dias de feira” fazia “oposição ao pagamento dos impostos municipais”.²⁸

Quando da implantação da agência dos Correios, foi nomeado como agente Álvaro César de Souza Barros,²⁹ afilhado político dos Rodrigues Lima, lideranças de Caetité nesta altura.³⁰ Álvaro tornou-se tenente em seguida e, em 1906, major.

A primeira eleição em Beija-Flor, realizada 1892, foi para o cargo de governador. Todos os 59 votos coletados foram atribuídos ao candidato único, o médico Joaquim Manoel Rodrigues Lima, principal chefe político de Caetité, que, naquele ano, tornou-se o primeiro governador eleito na Bahia (TAVARES, 2008). A votação ocorreu na casa do capitão José Pedro Guimarães, mas ele já se tinha mudado para Pitangueiras, em São Paulo, após a repercussão do homicídio ocorrido a mando de sua esposa, embora ela não tenha sido responsabilizada criminalmente (VASCONCELOS, 2020).

28 ESTADOS – Bahia. *Jornal do Recife*, Pernambuco, ano XLI, 26 maio 1898, p. 1.

29 CORREIO Geral. *Jornal de Notícias*, Bahia, ano XIV, 3 dez. 1892, n. 3.907, p. 1.

30 APMC, Caetité. *Carta em que Álvaro Cesar Barros agradece a Lima Júnior e a seu pai pela sua nomeação*, 25 abr. 1892. Arquivo da Família do Barão de Caetité, BR BAAPMCT AFBC-JMRLJ-1-4-1.

Presidiu a sessão eleitoral o capitão Inocêncio Antônio de Oliveira, casado em 1882 com Maria Joaquina Pereira de Lima Castro, cunhada de Gasparino Pereira Costa. Inocêncio teve uma importante atuação política em Beija-Flor e Monte Alto, chegando a intendente desta após obter o posto de coronel. Fiscalizaram o pleito José Pereira Zequinha, que alcançou a patente de capitão em 1894 e de coronel em 1910, e o tenente José Carlos Silva, que foi alfaiate em Livramento e desenvolveu o mesmo ofício em Beija-Flor, mas também foi negociante e juiz de paz em diferentes períodos por mais de dois anos. Dois filhos deste, Augusto e Alípio Carlos, também tiveram marcante atuação na política local. Alípio foi referido em almanaques como advogado, mas possivelmente atuava como rábula.

Em junho de 1892, ocorreu eleição para senadores e deputados federais, realizada na mesma casa de José Pedro e presidida pelo capitão João Pereira Costa. Em dezembro do mesmo ano, nos dias 4 e 18, duas outras votações foram realizadas, desta vez na casa de Inocêncio e presididas por ele, destinadas a, no dia 4, eleger senadores e deputados estaduais e, no dia 18, eleger o intendente e membros do conselho municipal, além do juiz de paz do distrito. Eleito para intendente um coronel de Monte Alto, dois líderes de Beija-Flor passaram a integrar o conselho – Inocêncio, com 33 anos, e Balbino Gabriel de Araújo Cahyba, com 27 anos e a patente de capitão. Para juiz de paz do distrito, foi eleito o capitão João Pereira da Costa, com 77 votos, ficando José Pereira Zequinha em segundo lugar, com 67 votos.

Ao analisar a relação de juízes de paz e o seu período de exercício na celebração de casamentos (Tabela 1), observa-se que apenas Balduino Pereira Bino não era detentor de patente da Guarda Nacional. Entre os que chegaram adiante ao posto de coronel, apenas Gustavo Bezerra (1 dia), Zequinha (4 dias) e Policarpo (269 dias) foram juízes de paz, o que indica que a função era relevante do ponto de vista político, mas quase todos que foram juízes de paz tinham, à época, apenas a patente de capitão. Os que ficaram mais tempo no exercício desse posto foram os capitães José da Cunha Frota (811 dias), José Carlos da Silva (778 dias) e Álvaro Cezar Barros (625 dias). Evidencia-se que o posto de juiz de paz tinha, portanto, média relevância política, em especial após a consolidação do distrito.

Tabela 1: Juizes de paz e período de exercício no Distrito de Beija-Flor/Bela Flor, 1893-1917

Períodos de exercício	Juiz de paz	Total em dias
02/08/1893 a 10/12/1893	João Pereira da Costa	130
06/04/1894 a 09/04/1894;	José Pereira Zequinha	4
25/04/1894 a 20/10/1895; 31/05/1896 a 15/08/1896; 05/09/1896 a 27/01/1897; 01/07/1911 a 15/07/1911	José Carlos da Silva	778
12/11/1895 a 27/02/1896; 01/02/1898 a 30/10/1898; 18/05/1901 a 14/12/1901	Balduino Pereira Bino	588
27/01/1897	Gustavo Pereira Bezerra	1
15/12/1900; 28/02/1902 a 14/11/1903	Álvaro Cezar Barros	625
16/02/1904 a 11/11/1904	Polycarpo Ribeiro e Silva	269
07/02/1905 a 21/02/1905; 06/06/1905 a 01/08/1905; 06/07/1912 a 14/09/1912; 05/10/1912 a 21/12/1912; 01/03/1913 a 08/11/1913	Alipio Carlos	469
07/03/1905 a 30/04/1905;	Benedicto Ferreira Costa	54
02/05/1905; 23/02/1907 a 13/05/1909	José da Cunha Frota	811
02/09/1911 a 09/12/1911	Plinio Pereira da Silva	8
28/09/1912; 15/02/1913; 07/02/1914 a 19/12/1914; 10/04/1915; 08/09/1917	Helvecio Rufino O. Martins	319
02/01/1915 a 27/03/1915; 17/04/1915 a 18/12/1915; 10/06/1916; 10/02/1917 a 21/04/1917; 18/08/1917 a 25/08/1917; 04/01/1918	Pedro de Souza Baptista	408
19/02/1916 a 18/03/1916; 15/07/1916 a 05/08/1916; 23/09/1916 a 02/12/1916	Severiano Vieira da Silva Neves	119
13/5/1916 a 27/05/1916; 12/08/1916; 09/12/1916 a 13/01/1917; 02/06/1917 a 04/08/1917; 15/09/1917 a 27/11/1917	José Ferreira Costa	186

Fonte: Elaboração própria, a partir dos registros civis do Distrito de Beija-Flor/Bela Flor.

Consta no *Almanak do Estado da Bahia*³¹ que Balbino Cahyba, ao final do século XIX, passara a ser o intendente de Monte Alto. Nessa época, Balbino, que viera para Caetité associar-se com seu irmão Cincinato Araújo na empresa Brandão, Irmãos & Cia, havia se casado com Maria Fausta de Castro Tanajura, filha do coronel José Antônio de Castro Tanajura (José Antoninho), que lideraria a política em Caetité durante boa parte das duas primeiras décadas do século XX.

Nas eleições de 1892, foram vogais os tenentes Timóteo Alves de Oliveira e Nicóstrato Ferreira dos Santos. Nicóstrato foi comerciante e intermediário de transações financeiras, venda de escravos e tráfico de trabalhadores para a região de Pitangueiras, em São Paulo, tendo falecido em 1910, devido a uma inflamação no fígado, com apenas 38 anos, pouco após ter obtido a patente de major. Outras eleições aconteceram em 1893 e 1894 para cargos estaduais e federais, sendo mencionado pela primeira vez, em 1894, o então Alferes Gustavo Pereira Bezerra, com 26 anos, negociante que logo seria coronel e político de destaque.

CONSOLIDAÇÃO DO DISTRITO DE BELA FLOR

Retomando a análise do Gráfico 1, vemos um segundo bloco de patentes entre 1902 e 1910, quando 30 indivíduos obtiveram suas maiores patentes, dos quais 8 coronéis, 7 majores e 12 capitães, lideranças mais importantes da política do distrito. Nesse período de intensa atividade política, que consideramos ser o de consolidação do distrito, ocorreram 12 eleições no arraial.

Entre os coronéis, pouco se sabe sobre Felismino Pereira Luquinha, que faleceu antes de 1904, com cerca de 50 anos. Algumas de suas filhas casaram-se com detentores de patentes, alguns com relevante atuação política – Leonídia casou-se com o major Alípio Carlos, Francelina com o futuro capitão Deocleciano Ferreira Costa e Josina com

31 MONTE Alto. *Almanak do Estado da Bahia para 1899* Administrativo, indicador, noticioso, comercial e literário. Editado por Wilcke, Picard & C., p. 293.

o tenente Alziro Gustavo –, enquanto o filho Leonídio casou-se com Minervina, filha de Inocêncio Antonio de Oliveira.³²

Inocêncio tornou-se coronel em 1908, aos 49 anos. Como visto, ele era uma liderança local importante não apenas no distrito e possuía residência tanto em Beija-Flor quanto na sede de Monte Alto. Em uma escritura de 1892, é feita referência a um imóvel localizado “na rua de baixo, de frente da casa de máquina do Senhor Inocêncio Antônio de Oliveira”,³³ o que pode indicar tratar-se da primeira beneficiadora de algodão de Beija-Flor.

Na primeira década do século XX, intensificaram-se os conflitos entre o distrito e Monte Alto. Segundo a *Revista do Brasil*,³⁴ debateu-se no Senado Estadual da Bahia, em 1909, uma proposta de mudar a sede do município de Monte Alto para Bela Flor, mas esse projeto foi derrotado. Outro sinal de conflito em Monte Alto é percebido em uma declaração do engenheiro agrônomo Mário Spínola Teixeira em uma ata eleitoral de 10 de novembro de 1907 do Distrito de Bela Flor, na qual ele faz “considerações a respeito das violências e arbitrariedades que tem havido durante o último pleito eleitoral”³⁵ e afirma que a eleição para intendente e conselheiros na sessão anterior tinha tantos vícios que teria que ser anulada. Tal ataque teve apoio político suficiente, pois, ao final, houve nova eleição e escolheu-se outro intendente, modificando-se também os resultados da eleição dos conselheiros, de modo que passaram a integrar o Conselho o próprio Mário, o major Benedito Ferreira Costa e o coronel Gustavo Bezerra, negociantes residentes em Bela-Flor.

Mário Spínola Teixeira era filho do médico Deocleciano Pires Teixeira, um dos chefes políticos de Caetité, e, aos 27 anos, mudou-se de Monte Alto para Bela Flor. Três dos seus filhos nasceram no

32 Deocleciano, irmão de José Ferreira Costa, tornou-se capitão em 1912 e Alziro Gustavo, tenente em 1905.

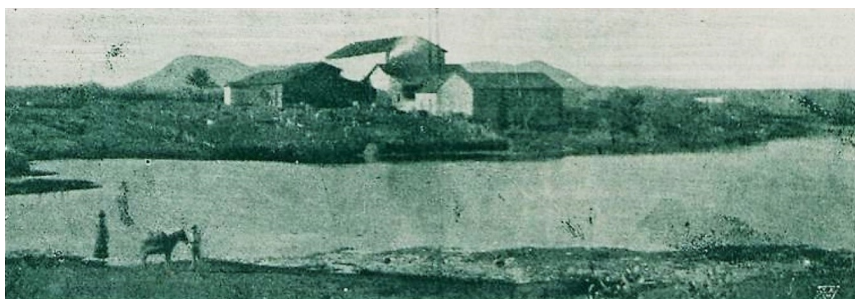
33 FHL, Salt Lake City. *Registros civis de Guanambi*, 1891-1933. International Collection, B1 Floor Film, microfilme 1615186, itens 1-21.

34 CHRONICAS Parlamentares. *Revista do Brasil*, Bahia, ano IV, 19 maio 1909, n. 20.

35 Casamento realizado em Bela Flor, 19 jun. 1915. In: FHL, Salt Lake City. *Registros civis de Guanambi*, 1891-1933. International Collection, B1 Floor Film, microfilme 1615186, itens 1-21.

distrito-sede, mas somente foram registrados em Bela Flor, em 1913. Em 1910, implantou em Bela Flor a Empresa Industrial Sertaneja (Figura 2), primeira fábrica de óleo e beneficiamento de algodão e arroz do arraial, tendo como sócios minoritários vários familiares, como o cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior (filho do falecido ex-governador), e o coronel Gustavo Bezerra (RAMOS, 2016).

Figura 2: Empresa Industrial Sertaneja



Fonte: BELLA FLOR. *Bahia Illustrada*, Rio de Janeiro, ano IV, jan. 1920, n. 26.

Naquela época, começava a ocorrer na região a combinação do prestígio do coronel com o de novas lideranças formadas em torno de profissões liberais, indústrias e comércios vultuosos, mas a natureza da concentração de poder permanecia a mesma (LEAL, 2012). Na falta de bancos, alguns comerciantes assumiam a condição de capitalistas, ou seja, de emprestar dinheiro a juros.

Mário foi uma das principais lideranças da política em Bela Flor e Guanambi por algumas décadas, geralmente reproduzindo as posições do seu pai, Deocleciano, que, apoiado pelo genro Rodrigues Lima Junior, disputava a política em Caetité contra o grupo formado pelo coronel José Antoninho e pelos irmãos José Antônio (coronel Cazuzinha) e Otacílio Rodrigues Lima, grupos denominados, respectivamente, de “caititus” e “morcegos” (SANTOS, 1995, p. 225), designação pejorativa levada posteriormente à política de Guanambi. A disputa política em Bela Flor tornava-se cada vez mais acirrada, a ponto de três pleitos

eleitorais ocorridos em 1906 terem sido realizados na residência do subdelegado de polícia.

Em 1911, perto da Fazenda Cubículo, do coronel Francisco de Vasconcelos Castro, conhecido como “Chiquinho do Cubículo”,³⁶ ocorreu um confronto fatal entre o coronel Gustavo Bezerra e João Marcelino da Silva, o “João Coureiro”, filho do falecido capitão Marcelino Pereira da Silva. O evento fatal aconteceu em 23 de setembro – em companhia de Severiano Neves,³⁷ o coronel Bezerra, que alcançaria o posto de major anos depois, havia se encarregado de uma negociação de terra entre o coronel Policarpo Ribeiro e o coronel José Antoninho, o citado político de Caetité, sogro de Balbino. Após resolvida a questão, ao retornar para Bela Flor, Bezerra defrontou-se com seu inimigo João Marcelino e ambos foram feridos mortalmente (TEIXEIRA, 1991). Ao registro do óbito do coronel Bezerra, compareceram Mário Spinola e o coronel Inocência, e ao de “João Coureiro”, apenas seu irmão Antônio.

Gustavo Bezerra, aos 44 anos, era um negociante próspero de ferragens, armas de fogo, couros, etc., criador de gado bovino (RAMOS, 2016) e fazia frequentes transações imobiliárias. Embora se declarasse solteiro em diversos documentos, deixou testamento no qual reconheceu seis filhos “naturais” com Benedita Rodrigues Nogueira. O memorialista Teixeira (1991) diz que Gustavo era o principal líder do arraial contra Monte Alto.

A década assistiria ainda à perda, em 18 de fevereiro de 1910, de outro coronel com atuação política relevante, José Pereira Zequinha, em cujo registro de óbito compareceram vários políticos – os maiores Alípio Carlos, Benedito Ferreira Costa e João Exalto de Araújo. Seu corpo foi o único sepultado na igreja do arraial, sendo ele o primeiro político a dar nome a uma rua do povoado, fatos que ressaltam a relativa importância

36 Chiquinho tornou-se coronel em 1906, aos 58 anos de idade, e sua família era, possivelmente, oriunda de Rio de Contas ou Livramento.

37 Teixeira (1991) afirma que João Araújo também o acompanhava, mas não foi possível confirmar que se tratasse de João Exalto Araújo, sobrinho de Balbino Cahyba e seu sucessor na intendência de Guanambi.

política que tinha. O coronel estava com 60 anos e era casado com Rita Pereira Zequinha, com quem não teve filhos. Deixou, todavia, uma filha do relacionamento com Maria Ribeiro e Silva, Deolinda, que se casaria com o major Helvécio Rufino de Oliveira Martins, originário de Rio de Contas, negociante e farmacêutico que, décadas depois, seria intendente de Guanambi.

EMANCIPAÇÃO E CONFRONTO

Após Inocêncio tornar-se intendente de Monte Alto e terem falecido os coronéis Zequinha e Gustavo Bezerra, permaneceram como principais líderes políticos do arraial os coronéis Gasparino, Policarpo e Balbino. Gasparino alcançou, em 1906, a patente de coronel, mais alta que a de major obtida por seu pai João e por seu irmão Manoel Pereira Costa. Foi atuante na política até idade avançada e conselheiro após a emancipação de Guanambi, tendo sido vítima de um atentado de morte quando o conflito político entre adversários se tornara ainda mais franco e violento (DONATO, 2015). Gasparino vinha de família de grandes proprietários de terra e de escravos, mas, após a abolição da escravidão legal, quando os fazendeiros perderam a mão de obra escravizada, continuou sua atividade agrícola e pecuária, não tendo migrado para a condição de negociante.

Quando se casou, em 1895, Policarpo Ribeiro e Silva era capitão e, em 1907, adquiriu a patente de coronel. Era oriundo de Caetité e filho de um dos maiores proprietários de terra e escravos da região, Nicolau José Ribeiro e Silva, cuja fortuna inventariada veio do tráfico interprovincial de escravos, comércio nacional e internacional de mercadorias, criação de gado, empréstimo de dinheiro a juros etc. (RAMOS, 2016). A mãe de Policarpo, Maria Guedes, era bisneta do português Antônio Xavier de Carvalho Cotrim, chegado ao Alto Sertão baiano no final do século XVIII.

Os Ribeiro e Silva estiveram presentes em postos-chave da região: um irmão de Policarpo, Joaquim Ribeiro e Silva, foi coletor de impostos de Monte Alto durante todo o período estudado; outro irmão, José

Ribeiro e Silva, delegado de polícia de Monte Alto; o cunhado Sebastião Cardozo de Souza, casado com Rita Cândida Ribeiro, foi grande traficante de escravos, presidente da Câmara e conselheiro municipal (RAMOS, 2016; MIRANDA, 2018); e o meio-irmão, Leolino Ribeiro e Silva, era o delegado do Gentio. A esposa de Policarpo, Maurília Isabel Gomes da Luz, era filha do já citado capitão Joaquim Severino da Luz e, portanto, neta do português João Severino da Luz Lisboa.

Como seu pai, Policarpo era grande proprietário de terras, agricultor e emprestava dinheiro a juros. A partir de 1904, ano em que exerceu o cargo de juiz de paz por cerca de 9 meses, passou a ser presença frequente nas sessões eleitorais, como presidente ou mesário, e uma eleição de 1908 foi realizada no “edifício do coronel Policarpo”, como referida sua casa. O tenente Pedro Alcantara Ferreira Santos, genro de seu meio-irmão Leolino, exerceu o cargo de escrivão de 1911 a 1918, possivelmente por sua indicação. Policarpo foi uma presença constante nas disputas políticas locais, e sua filha Maria Clara casou-se com o médico Francisco José Fernandes, que se tornou aliado de Mário Spinola.

Balbino nasceu em Queimadas, no nordeste da Bahia, filho do tenente-coronel João Antônio de Araújo e de Dona Alexandrina Garcia de Araújo. Ao seguir para Caetité para trabalhar com seu irmão Cincinato, para lá também foram três sobrinhos, um dos quais foi João Exalto Araújo, que se casou com Eunice, filha de Cincinato, permaneceu na região e veio a ser o segundo intendente de Guanambi. Ao que se sabe, apenas Balbino e seu irmão Francisco Lantyer de Araújo Cajahyba, que ficara em Queimadas, adotaram na família o complemento Cajahyba ao sobrenome. No caso de Balbino, o sobrenome Cajahyba já era utilizado, pelo menos, desde quando passou a ser capitão.

Em 1897, a reação a uma acusação contra Francisco Lantyer re-trata a articulação que Balbino e Cincinato tinham à época com os diferentes lados da política de Caetité. Francisco Lantyer fora acusado de ser monarquista e colaborar com o líder da Revolta de Canudos Antônio Conselheiro, quando, em sua defesa, pronunciaram-se o deputado Rodrigues Lima (irmão do ex-governador Joaquim Manoel) e o então senador Deocleciano Teixeira, que afirmaram que o acusado era “filho

de uma família importante de Queimadas, cidadão pacífico, membro do conselho municipal, proprietário, negociante, de procedimento digno de todos os encômios”,³⁸ ou seja, louvores. Deocleciano e Balbino seriam adversários mais tarde (AGUIAR, 2011).

O quadro político no arraial, à medida que se aproximava a emancipação, tornava-se mais definido; e a disputa pelo poder local, cada vez mais acirrada, consolidando-se o grupo composto por Balbino e seu sobrinho, major João Exalto; José Carlos da Silva e seus filhos, capitão Augusto Carlos e major Alípio Carlos. Também integravam o grupo o coronel Gasparino Pereira Costa; o major Benedito Ferreira Costa, um sobrinho e cunhado deste; o capitão José Ferreira Costa, que viria a ser prefeito por cerca de 10 anos, a partir dos anos 1930. Do outro lado, consolidou-se o grupo composto por Mário Spinola Teixeira, o coronel Policarpo Ribeiro e seu genro, e o médico Francisco Fernandes. Estabelecia-se de vez a mesma polarização política de Caetité entre “morcegos” e “caititus”.

A violência, típica da política brasileira de então (TAVARES, 2008), continuou após a emancipação. Em telegrama de Francisco Fernandes dirigido ao seu “amigo doutor Rosendo de Almeida”, publicado pelo jornal *O Combate*,³⁹ do Rio de Janeiro, ele afirma que estava “sua fazenda na iminência de um ataque por uma força de polícia comandada por um sargento” e que “Guanamby está prestes a ser conflagrada, pois os ameaçados pensam em reagir”. *O Jornal*,⁴⁰ do Maranhão, publicou o telegrama de Francisco Fernandes, completando que sua casa fora atacada e que este tivera que fugir a pé por três léguas, “sendo, porém, morto seu cunhado”.

O citado Rosendo era advogado de Fernandes e iniciara ações judiciais contra os irmãos Augusto e Alípio Carlos, tendo participado

38 CAJAHYBA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 258, 15 set. 1897, p. 2.

39 NOS SERTÕES da Bahia: Guanamby em estado de sítio. *O Combate*, Rio de Janeiro, ano I, ed. 201, 7 out. 1921, p. 6.

40 NACIONAIS – No mundo da política. *O Jornal*, São Luís, ano VIII, ed. 3.006, 7 out. 1921, p. 4.

diretamente de confrontos em Guanambi, quando foi detido pela polícia local (TEIXEIRA, 1991). Com relação ao cunhado morto, este era o jovem Policarpo “Catinho”, filho de Policarpo Ribeiro. Também foi assassinado outro partidário dos “caititus”, Zé Pedro.

Balbino assumiu a intendência de Guanambi com o apoio do sogro, coronel José Antoninho, e do coronel Cazuzinha, que comandavam a política regional a partir de Caetité, enquanto Joaquim José de Almeida Seabra, o J. J. Seabra, era o governador da Bahia. Depois de Cahyba, assumiu João Exalto, mas o quadro político mudou rapidamente após a derrota “seabrista” em dezembro de 1923. Balbino não voltaria ao poder, ficando como marcas da sua liderança a conquista da emancipação⁴¹ e o nome da principal praça, a do mercado, que, durante sua gestão, passou a se chamar, em homenagem a si mesmo, Praça Coronel Cajuiba. Até então, salvo a rua com o nome do falecido coronel Zequinha, as principais ruas tinham a designação de datas cívicas, como “Dois de Julho” e “Sete de Setembro”, ou em referência a prédios importantes, como a “Rua da Igreja”.

O grupo mais próximo de José Antoninho Tanajura foi expulso de Caetité com a chegada de Deocleciano ao poder e, com isso, Balbino refugiou-se em Areia (atual Ubaíra) (SANTOS, 1995), onde criou gado e teve um alambique, antes de falecer com cerca de 63 anos. João Exalto continuou na região, todavia, dedicando-se à agricultura e a outros negócios.⁴²

No momento da emancipação, o censo do ano de 1920 registrou 7.456 habitantes (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1929). Guanambi já não era, portanto, apenas um arraial, e seguiu-se a ferrenha disputa por seu comando pelas décadas seguintes.

41 BAHIA. Lei Estadual nº 1.364, de 14 de agosto de 1919. Citada em: *Diário Oficial do Estado da Bahia*: Edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia, 1923 (fac-símile). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004, p. 798

42 LAPA. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, v. 92, 1936, p. 425.

REFLEXÕES FINAIS

O exame do registro civil e das atas eleitorais permitiu uma aproximação significativa com a história do arraial entre 1892 e 1919, mas as informações disponíveis sobre o período entre 1880 e 1891 ainda são bastante limitadas. É possível que uma análise mais ampla dos inventários e dos documentos relacionados à escravidão possa permitir outros avanços no futuro.

No que se refere às patentes, às quais foi dada particular ênfase, este estudo confirma as afirmações de Victor Nunes Leal (2012) e Eul-Soo Pang (1979) sobre a sua relevância como “barômetro social”, auxiliando na demarcação da hierarquia local do poder político. Pode-se afirmar que aqueles que obtiveram patentes de alferes ou tenente, geralmente, progrediam, no mínimo, até capitão. Os mais articulados politicamente, muitos com vínculos de parentesco com os chefes políticos, alcançavam o posto de major, e os mais destacados tornavam-se tenente-coronel ou coronel, este último, geralmente, detentor de algum poder político real e não apenas honorífico. A maior parte dos titulares de patentes pertenciam a famílias já radicadas em Monte Alto, mas também se destacam outros vindos de Caetité, Livramento e Rio de Contas.

As patentes da Guarda Nacional estavam reservadas a essa elite e constituem marcadores adequados para identificar a importância relativa desses indivíduos no grupo social dominante. Em 1918, o Decreto Presidencial nº 13.040⁴³ transferiu a Guarda Nacional, denominando-a Exército de 2ª Linha, para o Ministério da Guerra, o que na prática representou a sua extinção. Ainda assim, as antigas patentes continuaram a ser exibidas por algum tempo como título de algum prestígio.

Em relação aos conflitos violentos, viu-se que, enquanto o objetivo político principal fora estruturar o distrito e obter sua emancipação, havia certa cooperação entre os chefes políticos. Todavia, à medida que

43 BRASIL. Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918. Organiza o Exército Nacional de 2ª Linha. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13040-29-maio-1918-526140-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

foram estabelecidos espaços de poder, os conflitos se ampliaram, quase sempre vinculados aos interesses dos grupos dominantes em Caetité, centro político regional. Foi possível, assim, perceber que os dois principais grupos políticos locais se formaram antes da emancipação do distrito. Além disso, foram identificados novos personagens que tiveram papel relevante na conformação da elite política.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Cristiane Santos. *Retalhos de vidas: População, batismos e casamentos no cotidiano do Arrayal de Beija Flor (Alto Sertão da Bahia, 1870-1889)*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2015.
- AGUIAR, Lielva Azevedo. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: A trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.
- AGUIAR, Lielva Azevedo. *Entre a política e a magistratura: O barão de Caetité e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Notas sobre o conceito de elite para Brasil dos oitocentos. In: XX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 2010, Franca. Anais... São Paulo: ANPUH, 2010, p. 1-14.
- CASTRO, Samuel Cândido. *Castro: Tesouro de Família*. Olímpia: Edição do autor. 2002.
- COTRIM, Dário Teixeira. *História primitiva de Guanambi*. Montes Claros: Cotrim, 2012.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de setembro de 1920*. V. IV, 4ª parte – População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929.
- DONATO, Lucília Domingues. *Pela estrada da vida: Homenagem a Gileno Pereira Donato*. Montes Claros: Millennium, 2015.

- FERREIRA, Jurandyr Pires et al. (Org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. V. 20 – Municípios do estado da Bahia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.. Arquitectos / Riscadores, Artistas e Artífices que trabalharam na Sé do Porto nas obras promovidas pelo Cabido durante a Sede Vacante de 1717 a 1741. In: VII COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: ARTISTAS E ARTÍFICES E A SUA MOBILIDADE NO MUNDO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA, 2005, Porto. Anais... Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 191-220.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- MIRANDA, Rosângela Figueiredo. “*Em diligência de se libertar*”: Alforria, família escrava e tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia – Termo de Monte Alto (1810-1888). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- MOTTA, José Flávio. Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos (Piracicaba, Província de São Paulo, 1874-1880). In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2015, Vitória. Anais... São Paulo: ABPHE, 2015, p. 1-34.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: Comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, p. 97-128, 2000.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: A Bahia na primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RAMOS, Danielle da Silva. “*O mundo aqui é largo demais*”: Produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia, 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

- RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres sertanistas*: Transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SAMPAIO, Theodoro. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.
- SANTOS, Helena Lima. *Caetité, pequenina e ilustre*. Brumado: Tribuna do Sertão 1995.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ed. Unesp; Salvador: Edufba, 2008.
- TEIXEIRA, Domingos Antônio. *Respingos históricos*. Salvador: Arembepe, 1991.
- VASCONCELOS, Fernando Donato. Leocádia e suas mortes: O confronto de narrativas de um crime hediondo no Alto Sertão da Bahia do final do século XIX. *Saeculum*, v. 25, n. 43, p. 248-262, 2020.
- VASCONCELOS, Fernando Donato. O morrer e o germinar: Óbitos numa vila em formação no sertão da Bahia, 1891-1913. *Cultura, Espaço & Memória*, v. 13, p. 57-71, 2021.

Recebido: 17 nov. 2022 | Revisto pelo autor: 10 fev. 2023 | Aceito: 11 fev. 2023